MINAS GERAIS - CADERNO 1

Do Presídio de Taiobeiras, em Taiobeiras para Centro de Detenção Provisória de Mogi Das Cruzes-SP por ordem judicial datada de 07.08.2018:

Jesuino Ferreira Penha - 743351	Santa Isabel-SP
---------------------------------	-----------------

Da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga, em Uberlândia para Estabelecimento Penal Jair Pereira de Carvalho em Campo Grande-MS por ordem judicial datada de 05.04.2018:

Leandro Silva Reis - 373242	Campo Grande-MS
-----------------------------	-----------------

V - Autorizar o internamento dos custodiados abaixo nominados, nos estabelecimentos médico-penais, conforme parecer da Superintendência de Atenção Integral ao Paciente Judiciário:

Matriculas:

No Centro de Apoio Médico e Pericial, em Ribeirão das Neves:

Para exame de cessação de periculosidade, em caráter ambulatorial:

Alexandre Domingos dos Reis-468230	Igarapé
Bruno Silva Claudino-660049	Capital
Cleverson Junior da Costa-84151	Inhapim
Gilson Vaz Cardoso-465851	Monte Carmelo

Para exame criminológico, em caráter ambulatorial:

José Venâncio Martins Filho-694071	Patrocínio
Manoel Messias Dias do Vale-132465	Pedra Azul

Para exame de sanidade mental:

Antônio de Souza Campos-49647	Viçosa
Fernando Carrijo de Souza-239836	Ipatinga
Rafael Vinicius de Andrade Hindi-252908	Passos

No Hospital de Toxicômanos Padre Wilson Vale da Costa, em Juiz de Fora:

Para exame criminológico, em caráter ambulatorial:

Nelson Valério Filho-3940	Juiz de Fora
---------------------------	--------------

No Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz, em Barbacena:

Para exame de sanidade mental, em caráter ambulatorial:

Genira de Carvalho Caldas-N/C	Barbacena
Gilberto Ismael de Oliveira-224929	Viçosa

Para exame de cessação de periculosidade, em caráter ambulatorial:

Vital Paulino Elias de São Jose-327011	Barbacena
--	-----------

Para cumprimento de medida de segurança:

Cristiano Cordeiro R. de Meireles-145322	Botelhos
--	----------

Para exame de sanidade mental:

Agnaldo Florêncio da Silva-425459	Viçosa
Francisco Carlos Silva Paiva-456007	Viçosa
Hudson Gomes Delfino-N/C	Viçosa
Ítalo José Gomes Ribeiro-275083	Viçosa
Luciano Piacesi Fonseca-7904	Barbacena

Transferências:

Da Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, em São Joaquim de Bicas, para o Centro de Apoio Médico e Pericial, em Ribeirão das Neves, para exame de sanidade mental:

Junio Passos da Silva-231460	Igarapé
------------------------------	---------

Do Presídio de Ouro Preto, para o Centro de Apoio Médico Pericial, em Ribeirão das Neves, para exame de sanidade mental:

Junior Tavares Correa-759098	Ouro Preto
------------------------------	------------

Do Presídio de São Lourenço, para o Centro de Apoio Médico Pericial, em Ribeirão das Neves, para exame de sanidade mental:

Adriano Chaves da Silva-791129	Itamonte
--------------------------------	----------

Do Presídio de São João da Ponte, para o Centro de Apoio Médico Pericial, em Ribeirão da Neves, para exame de sanidade mental:

Joel Cardoso de Queiroz-792787	Brasília de Minas
--------------------------------	-------------------

Retificar a autorização de matricula no Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz, em Barbacena, para exame de sanidade mental, publicada no Diário Oficial do dia 23.10.2018:

Bruno Silva Calixto-388839	Juiz de Fora
----------------------------	--------------

Onde se lê: Juiz de Fora

Leia-se: Passos

Retificar a autorização de matricula no Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz, em Barbacena, para exame de sanidade mental e dependência toxicológica, publicada no Diário Oficial do dia 23.10.2018:

Willian Jose dos Santos Junior-609882	Passos
---------------------------------------	--------

Onde se lê: Passos

Leia-se: Juiz de Fora

Não ocorrendo à apresentação dos custodiados nos estabelecimentos penais no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da publicação deste ato, ficam as movimentações canceladas.

Superintendência de Gestão de Vagas e Custódias Alternativas, em Belo Horizonte, aos 30 de outubro de 2018.

Glautm Pereira da Silva
Superintendente

DIÁRIO DO EXECUTIVO

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE PAGAMENTOS, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

NOTIFICAÇÃO DE CHAMAMENTO – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO 076/2018

A Diretora de Pagamentos, Benefícios e Vantagens, em cumprimento ao §2º, artigo 8º da Resolução Seplag 37, CONVOCA e CITA o ex-pretador de serviço contratado na função de Agente de Segurança Penitenciário, MARCIO PEREIRA DOS SANTOS RG MG 1.016.035-5 para manifestar-se pessoalmente ou por meio de procurador, perante a Coordenadoria de Pagamentos, instalada no DPB/SEAP, na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Edifício Minas 5º andar, Av. Papa João Paulo II, nº 4.143, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, 31630-900 no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital no Diário Oficial de Minas Gerais, a fim de tomar conhecimento do Processo Administrativo 076/2018, acompanhar sua tramitação e apresentar defesa para os fatos a ele atribuído que caracterizam em tese, recebimento indevido, estando sujeito a penalidades legais prevista no art. 46 do Decreto 46.668/2014, sob pena de revelia.

NOTIFICAÇÃO DE CHAMAMENTO – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO 066/2018

A Diretora de Pagamentos, Benefícios e Vantagens, em cumprimento ao §2º, artigo 8º da Resolução Seplag 37, CONVOCA e CITA o ex-pretador de serviço contratado na função de Auxiliar Executivo de Defesa Social, JOÃO BATISTA ALVES CHAVES RG 7.722.141 para manifestar-se pessoalmente ou por meio de procurador, perante a Coordenadoria de Pagamentos, instalada no DPB/SEAP, na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves , Edifício Minas 5º andar, Av. Papa João Paulo II, nº 4.143, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, 31630-900 no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital no Diário Oficial de Minas Gerais, a fim de tomar conhecimento do Processo Administrativo 066/2018, acompanhar sua tramitação e apresentar defesa para os fatos a ele atribuído que caracterizam em tese, recebimento indevido, estando sujeito a penalidades legais prevista no art. 46 do Decreto 46.668/2014, sob pena de revelia.

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2018.
Denise Rieira Toledo Nora- MASP 1051308-3
Diretora de Pagamentos, Benefícios e Vantagens

29 1159772 - 1
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE PAGAMENTOS, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

NOTIFICAÇÃO DE CHAMAMENTO – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO 056/2018

A Diretora de Pagamentos, Benefícios e Vantagens, em cumprimento ao §2º, artigo 8º da Resolução Seplag 37, CONVOCA e CITA o ex-pretador de serviço contratado na função de Agente de Segurança Penitenciário CARLOS AUGUSTO CARDOSO MG 12876483 para manifestar-se pessoalmente ou por meio de procurador, perante a Coordenadoria de Pagamentos, instalada no DPB/SEAP, na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Edifício Minas 5º andar, Av. Papa João Paulo II, nº 4.143, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, 31630-900 no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital no Diário Oficial de Minas Gerais, a fim de tomar conhecimento do Processo Administrativo 056/2018, acompanhar sua tramitação e apresentar defesa para os fatos a ele atribuído que caracterizam em tese, recebimento indevido, estando sujeito a penalidades legais prevista no art. 46 do Decreto 46.668/2014, sob pena de revelia.

NOTIFICAÇÃO DE CHAMAMENTO – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO 048/2018

A Diretora de Pagamentos, Benefícios e Vantagens, em cumprimento ao §2º, artigo 8º da Resolução Seplag 37, CONVOCA e CITA o ex-pretador de serviço contratado na função de Agente de Segurança Penitenciário FERNANDO LUCIO SILVA COSTÁ MG 8752895 para manifestar-se pessoalmente ou por meio de procurador, perante a Coordenadoria de Pagamentos, instalada no DPB/SEAP, na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Edifício Minas 5º andar, Av. Papa João Paulo II, nº 4.143, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, 31630-900 no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital no Diário Oficial de Minas Gerais, a fim de tomar conhecimento do Processo Administrativo 048/2018, acompanhar sua tramitação e apresentar defesa para os fatos a ele atribuído que caracterizam em tese, recebimento indevido, estando sujeito a penalidades legais prevista no art. 46 do Decreto 46.668/2014, sob pena de revelia.

NOTIFICAÇÃO DE CHAMAMENTO – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO 040/2018

A Diretora de Pagamentos, Benefícios e Vantagens, em cumprimento ao §2º, artigo 8º da Resolução Seplag 37, CONVOCA e CITA o ex-pretador de serviço contratado na função de Agente de Segurança Penitenciário TRAJANO DA COSTA MENDES NETO MG 1155976 para manifestar-se pessoalmente ou por meio de procurador, perante a Coordenadoria de Pagamentos, instalada no DPB/SEAP, na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Edifício Minas 5º andar, Av. Papa João Paulo II, nº 4.143, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, 31630-900 no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital no Diário Oficial de Minas Gerais, a fim de tomar conhecimento do Processo Administrativo 040/2018, acompanhar sua tramitação e apresentar defesa para os fatos a ele atribuído que caracterizam em tese, recebimento indevido, estando sujeito a penalidades legais prevista no art. 46 do Decreto 46.668/2014, sob pena de revelia.
Belo Horizonte, 26 de outubro de 2018.
Denise Rieira Toledo Nora- MASP 1051308-3
Diretora de Pagamentos, Benefícios e Vantagens

29 1159785 - 1

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE PAGAMENTOS, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

PROCESSO ADMINISTRATIVO DÉBITO - ATO Nº 058/2018.
CONCLUI PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO, do ex-pretador de serviço C.R.S., MASP 1196108-3, ficando comprovada a existência de débito no valor R\$ 3.591,89, referente ao período de 01/09/2014 a 30/09/2014 relativo a vencimentos e abono fardamento, em cumprimento ao disposto na Resolução SEPLAG nº 37/2005 e Decreto nº 46.668/2014, com decisão pelo encaminhamento do débito para a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, para as providências legais cabíveis em caso de não haver liquidação do débito em até 30 dias.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO ATO Nº 037/2018
CONCLUI PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO, do ex-pretador de serviço G.L.S., MASP 1294919-4, ficando comprovada a existência de débito no valor R\$ 14.933,00, referente ao período de 18/01 a 31/05/2014, em cumprimento ao disposto na Resolução SEPLAG nº 37/2005 e Decreto nº 46.668/2014, com decisão pelo encaminhamento do débito para a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, para as providências legais cabíveis em caso de não haver liquidação do débito em até 30 dias.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO ATO Nº 057/2018.
CONCLUI PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO, do ex-pretador de serviço M.A.N., MASP 1195878-2, ficando comprovada a existência de débito no valor R\$ 2.226,36, referente ao período de 08/03 a 31/03/2014, em cumprimento ao disposto na Resolução SEPLAG nº 37/2005 e Decreto nº 46.668/2014, com decisão pelo encaminhamento do débito para a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, para as providências legais cabíveis em caso de não haver liquidação do débito em até 30 dias.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO ATO Nº 67/2018.
CONCLUI PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO, do ex-pretador de serviço A.P., MASP 1103265-3, ficando comprovada a existência de débito no valor R\$ 985,81, referente aos meses de 06/2013 e 07/2013, em cumprimento ao disposto na Resolução SEPLAG nº 37/2005 e Decreto nº 46.668/2014, com decisão pelo encaminhamento do débito para a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, para as providências legais cabíveis em caso de haver não liquidação do débito em até 30 dias.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DÉBITO - ATO Nº 068/2018.

CONCLUI PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO, do ex-pretador de serviço A.M.G., MASP 1101297-8, ficando comprovada a existência de débito no valor R\$ 10.652,36, referente ao período de 01/09/2012 a 31/01/2013 e 3/12 do 13º salário relativo a vencimentos e abono fardamento, em cumprimento ao disposto na Resolução SEPLAG nº 37/2005 e Decreto nº 46.668/2014, com decisão pelo encaminhamento do débito para a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, para as providências legais cabíveis em caso de não haver liquidação do débito em até 30 dias.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DÉBITO - ATO Nº 043/2018.
CONCLUI PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO, do ex-pretador de serviço R.F.M., MASP 1448441-4, ficando comprovada a existência de débito no valor R\$ 6.331,10, referente ao período de 08/03/2014 E 31/03/2014 E 01/06/2014 a 30/06/2014 relativo a vencimentos, abono fardamento e 01 falta em fevereiro/2014, em cumprimento ao disposto na Resolução SEPLAG nº 37/2005 e Decreto nº 46.668/2014, com decisão pelo encaminhamento do débito para a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, para as providências legais cabíveis em caso de não haver liquidação do débito em até 30 dias.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO ATO Nº 36/2018.
CONCLUI PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO, do ex-pretador de serviço E.G.M.F., MASP 1221080-3 ficando comprovada a existência de débito no valor R\$ 1.260,66, referente abono fardamento em 08/2010, em cumprimento ao disposto na Resolução SEPLAG nº 37/2005 e Decreto nº 46.668/2014, com decisão pelo encaminhamento do débito para a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, para as providências legais cabíveis em caso de não haver liquidação do débito em até 30 dias.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2018.

Denise Rieira Toledo Nora- MASP 1051308-3
Diretora de Pagamentos, Benefícios e Vantagens

29 1159810 - 1
RESOLUÇÃO SEAPNº 127, 23 DE OUTUBRODE 2018.
Dispõe sobre a regulamentação da modalidade de trabalho com artesanato com expressão econômica nas Unidades Prisionais do Estado.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA (DESIGNADOPARA RESPONDER PELO EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE ESTADO DEADMINISTRAÇÃO PRISIONAL),no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo III, §1º.art. 93, da Constituição do Estado, art. 23 da Lei nº 22.257 de 27 de julho de 2016 e DecretoEstadual nº 47.087/2016 e;

CONSIDERANDOa competência da Secretaria de Estado de Administração Prisional de planejar, organizar, coordenar e gerir a política prisional, assegurando a efetiva execução das decisões judiciais e privilegiando a humanização do atendimento e a inclusão social dos indivíduos em cumprimento de pena.

CONSIDERANDOque o trabalho do preso, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva, objetivando, ainda, sua qualificação profissional.

CONSIDERANDOo levantamento de toda a variedade de artesanato produzido nas Unidades Prisionais do Estado, elaborado pela Diretoria de Trabalho e Produção – DTP, desta Secretaria.

CONSIDERANDOa necessidade de instrumento norteador para a contabilização de horas trabalhadas por meio do desenvolvimento de atividades artesanais.

CONSIDERANDOa necessidade de promover a produtividade e incentivar a geração de renda aos presos, oportunizando a eles mudança na rotina do cárcere, além de reinsertá-los na sociedade proporcionando condições para o seu próprio sustento e de sua família.

RESOLVE:

Art. 1ºRegulamentar os procedimentos necessários para a produção, fiscalização, apuração de frequência e destinação do artesanato produzido pelos presos dentro das Unidades Prisionais do Estado de Minas Gerais.

Art. 2ºOs presos que se propuserem a realizar atividades artesanais nas Unidades Prisionais, deverão ser submetidos a uma prova de feitura, sendo necessário apresentar uma peça artesanal inacabada que possa ser terminada na presença do avaliador.

Parágrafo único – As provas de feitura serão aplicadas pelos servidores ou funcionários do operador privado/terceirizado, no modelo de PPP ou Cogestão designados em conjunto com representante das Entidades (se houver) - com auxílio do preso multiplicador (se houver) de cada unidade.

Art. 3ºO preso assinará uma ficha de cadastro e um relatório de atividade, disponível na Intraneta Seap, onde constarão dados pessoais e a modalidade do artesanato a ser executado.

Art. 4º Os trabalhos manuais a serem executados nas Unidades Prisionais serão definidos conforme tabela disponível na Intranet da Seap.

Parágrafo único - Quando o produto a ser produzido não constar na tabela disponível na Intranet da Seap, o responsável pela área na unidade prisional deverá acompanhar a produção ao longo dos primeiros dias a fim de estipular um tempo médio de produção de um determinado artesanato, e, assim, utilizá-lo como parâmetro para solicitar à Diretoria de Trabalho e Produção a inclusão na tabela de relação de artesanatos produzidos nas unidades prisionais.

Art. 5ª Unidade Prisional poderá designar um preso instrutor / multiplicador para auxiliar os demais presos.

Parágrafo único - Será designado, como instrutor/multiplicador,o preso que tiver maior aptidão, habilidade e capacidade de transmissãoconhecimento.

Art. 6ºAs unidades prisionais, cuja gestão seja realizada por operador privado/terceirizado, no modelo de PPP ou Cogestão, poderão realizar a aquisição e fornecimento de insumos, ferramentas e equipamentos necessários ao trabalho do artesão.

Art. 7ºEm caso de unidade prisional cuja gestão seja realizada por operador privado/terceirizado, no modelo de PPP ou Cogestão, a atividade de artesanato será realizada em locais específicos dentro das Unidades penais, preferencialmente, oficinas de trabalho e recintos adequados para a atividade.

Parágrafo único -Para a realização da atividade de artesanato em áreas localizadas dentro das vivências, a empresa Parceira / Cogestora apresentará, previamente, um projeto detalhado para a aprovação pela Unidade Setorial de PPP e Cogestão da Seap.

Art. 8ªA fiscalização da produção será de responsabilidade da Unidade Prisional, a qual designará um servidor específico, preferencialmente o gerente de produção, para acompanhar as atividades.

Parágrafo único -Em caso de unidade prisional cuja gestão seja realizada por operador privado/terceirizado, no modelo de PPP ou Cogestão, a fiscalização da produção será de responsabilidade do operador privado, que designará funcionário específico para acompanhar as atividades.

Art. 9ºCaso o preso seja flagrado realizando a atividade artesanal em nome de outrem ou utilizar o trabalho e a produção como forma de realização de ilícitudes, os presos envolvidos serão afastados da atividade até decisão definitiva do Conselho Disciplinar – CD.

Art. 10 O quantitativo de artesanato produzido será controlado de acordo com a entrada dos insumos e saída dos produtos, devendo o setor de censura da Unidade Prisional reportar semanalmente ao Gerente de Produção as informações relativas aos procedimentos realizados.

Art. 11 As horas contabilizadas para fins de lançamento de frequência serão estabelecidas conforme a quantidade de artesanato produzido e tipo de artesanato escolhido para a produção, mediante tabela disponível na Intranet da Seap.

TERÇA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 2018 – 35

Parágrafo único -Em caso de unidade prisional cuja gestão seja realizada por operador privado/terceirizado, no modelo de PPP ou Cogestão, a contabilização das horas para fins de lançamento de frequência será realizada em conformidade com a lista de presença.

Art. 12 As horas de trabalho contabilizadas ao final de cada mês, acompanhada por relatório de atividade, deverão ser lançadas no sistema de informações daSeap.

Art. 13 O trabalho autônomo de artesanatopoderá ser comercializado pela Seap.

§ 1ºO valor arrecadado na comercialização deverá ser depositado integralmente em conta benefício criada para o preso ou, caso não a tenha, em conta judicial.

§ 2ºE vedada a aquisição, pelo estabelecimento prisional, dos insumos e matérias primas necessários ao trabalho do artesão.

Art. 14O trabalho autônomo de artesanato poderá ser gerenciado e comercializado pelo Conselho da Comunidade – CM, Conselho de Segurança Pública– Consop, cooperativas e instituições sem fins lucrativos em que constem no estatuto social a previsão de realizar atividades de trabalho ou ensino profissionalizante com os presos, além dos familiares do preso.

§ 1ºAs rendas oriundas de comercialização dos produtos produzidos pelos presos do sistema prisional sobre gerenciamento das entidades previstas no caput, deverão ser utilizados para:
I – Compra de insumos, ferramentas e equipamentos para utilização na fabricação de artesanatos e produtos produzidos pelos presos.
II – Custeio de obras e projetos de cunho social de assistência e ressocialização dos presos.
III – Pagamento de despesas relativas à assistência material, à saúde, trabalho e educação dos presos.
IV – Cobrir pequenas despesas do preso artesão.

§ 2ºO pagamento de despesas descritas no inciso III,§ 1º,deste artigo não se aplica às unidades prisionais cuja gestão seja realizada por operador privado/terceirizado, no modelo de PPP ou Cogestão, no que tange às obrigações contratuais junto à Seap.

Art. 15 Os artesanatospoderão ser doados a instituições filantrópicas e organizações sem fins lucrativos, a critério dos artesões e/ou familiares.

Parágrafo único -Os itens doados às entidades deverão ser registrados através de recibos de doação, com assinatura do representante legal da referida entidade.

Art. 16 Todas as modalidades de destinação dos artesanatos produzidos nas Unidades Prisionais deverão ser realizadas com prévio consentimento do preso, através de termo de aceite.

Art. 17 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO BARBOZA MENEZESSecretário de Estado de Segurança Pública(Designado para responder pelo expediente da Secretaria de Estado de Administração Prisional)

26 1159415 - 1
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE PAGAMENTOS, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

NOTIFICAÇÃO DE CHAMAMENTO – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DÉBITO 012/2018

A Diretora de Pagamentos, Benefícios e Vantagens, em cumprimento ao §2º, artigo 8º da Resolução Seplag 37, CONVOCA e CITA o ex-pretador de serviço contratado na função de Agente de Segurança Penitenciário , BRUNO ROCHA VERSIANI RG MG 15647275 para manifestar-se pessoalmente ou por meio de procurador, perante a Coordenadoria de Pagamentos, instalada no DPB/SEAP, na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves , Edifício Minas 5º andar, Av. Papa João Paulo II, nº 4.143, Bairro Serra Verde , Belo Horizonte/MG , 31630-900 no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital no Diário Oficial de Minas Gerais, a fim de tomar conhecimento do Processo Administrativo 012/2018, acompanhar sua tramitação e apresentar defesa para os fatos a ele atribuído que caracterizam em tese, recebimento indevido, estando sujeito a penalidades legais prevista no art. 46 do Decreto 46.668/2014, sob pena de revelia.

Belo Horizonte, 23 de outubro de 2018.
Denise Rieira Toledo Nora- MASP 1051308-3
Diretora de Pagamentos, Benefícios e Vantagens

29 1159778 - 1

CITAÇÃO Nº 084/2016

O Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 084/2016, FELLIPE PUIATI TOLEDO, conforme PORTARIA/NUCAD/USCI-SEAP-SUBSTITUIÇÃO Nº019/2018, publicada no Minas Gerais de 20/09/2018, tendo em vista o disposto no artigo 234 caput da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 20 (vinte) dias consecutivos, o processado abaixo relacionado para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Edifício Gerais, 10º andar, Cidade Administrativa, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte – MG, nos dias úteis, das 08:00 às 16:00 horas, telefone (31) 3916-9735, no prazo de 10 dias, a contar da vigésima e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento do respectivo Processo Administrativo Disciplinar, acompanhar sua tramitação e apresentar defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, por descumprimento dos deveres do artigo 216, incisos II,IV e VI c/c os artigos 245, caput e parágrafo único, 246, I e art.249, II, todos na forma da Lei 869/52, estando sujeito às penalidades administrativas previstas no artigo 244, inciso I, III e V da Lei 869/52, sob pena de REVELIA e designação de defensor “ex officio”; WELDER SOARES DE CASTRO – MASP 904.369-6 PROCESADO NO PAD 084/2016

Belo Horizonte, 25 de outubro de 2018.
Fellipe Puiati ToledoPresidente da Comissão

25 1158817 - 1

Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Secretária: Rosilene Cristina Rocha

Expediente

Atos da Sra. Diretora

A Diretora de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições, de acordo com a Resolução Sedese nº 03/2017:
CONVERTE FÉRIAS-PRÊMIO EM ESPÉCIE nos termos do art. 117 do ADCT da CE/89 aos servidores: Masp 622641-9, José Selvino Custódio Jorge, o saldo de 9 meses ref. ao cargo de Assist.Gestão Pol.Públ. Desenv III J
Belo Horizonte, 16 de Outubro de 2018.
Tatiana Fernandes dos Anjos - Diretora de Recursos Humanos.

16 1155356 - 1